



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

079

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0132573-7

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Pedro Jansen Lopes da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

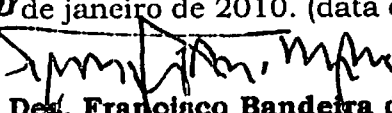
R  
524

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. LIBERAÇÃO DE VEÍCULO APREENDIDO. APREENSÃO REALIZADA SOB O FUNDAMENTO DE ESTAR SENDO REALIZADO TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS. 1. Rejeita-se a preliminar de ilegitimidade passiva argüida pelos agravantes, ao argumento de que somente a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano – CTTU teria legitimidade para figurar no pólo passivo, eis que é incontroverso nos autos que a apreensão do veículo foi efetuada por agentes da Polícia de Trânsito, e o veículo foi recolhido ao DETRAN – sendo certo que eventual liberação dependerá, em tese, do pagamento da taxa de depósito, a ensejar a legitimidade da entidade autárquica. 2. A legitimidade da apreensão, em si mesmo considerada, demanda investigação fática em princípio incompatível com a via mandamental (tendente a certificar se o veículo apreendido estava, ou não, realizando transporte remunerado de passageiros). 3. De resto, não há que se falar em eventual condicionamento da liberação do veículo a prévio pagamento de multas de trânsito, eis que destas não cogitam os documentos acostados à inicial. 4. Agravo de instrumento provido, em ordem a cassar, em definitivo, a liminar deferida em primeiro grau.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 0132573-7 acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes desta 8ª. Câmara deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em conhecer e **dar provimento ao presente Agravo de Instrumento**, em ordem a cassar, em definitivo, a liminar deferida em primeiro grau.

Recife, 27 de janeiro de 2010. (data do julgamento)

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

93  
9  
030

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0132573-7  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco e Outro  
AGRAVADO: Pedro Jansen Lopes da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto pelo Estado de Pernambuco e pelo DETRAN contra decisão concessiva de liminar *initio litis* proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos do Mandado de Segurança nº 001.2005.01732573-7.

A controvérsia teve início com a lavratura de Auto de Apreensão e Notificação contra o veículo automotor de placa HVP 3734/PB em rodovia federal (à altura do KM 65, Norte, da BR-101).

Dita apreensão foi efetuada por órgãos do BPTRan e recolhidos ao pátio do DETRAN.

Em sede de Mandado de Segurança, a parte impetrante alegou, no que tange ao direito, *incompetência* do Batalhão da Polícia de Trânsito para realizar operações em localidade sob jurisdição federal e com órgão próprio de fiscalização de trânsito, qual seja a Polícia Rodoviária Federal, configurando, assim, a ilegalidade ensejadora de reparação pela via mandamental.

No plano fático, alegou que, na ocasião, seu veículo era conduzido por colega de trabalho e trafegava normalmente pela BR quando foram parado por policiais motociclistas.

Assevera que os então ocupantes do veículo teriam sofrido coação psicológica e de propina, sendo certo que os mesmos vinham adquirir mercadorias em Recife, dividindo entre si as despesas com gasolina, no valor de R\$17,00, tendo sido essa circunstância tratada como transporte irregular de passageiros (mediante remuneração).

Irresignados com a liminar liberatória deferida em primeiro grau, o Estado de Pernambuco e o DETRAN interpuseram agravo de instrumento, pleiteando a cassação da tutela de urgência, sob a alegação de: ilegitimidade de parte, posto que foi trazida à lide, na condição de litisconsorte, a "Diretoria Geral do DETRAN/PE".

Ainda quanto à ilegitimidade passiva, aduzem que somente a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano - CTTU teria legitimidade para liberar veículo apreendido por infração às suas normas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

94  
9  
031

Ademais, alegaram a impropriedade da via eleita, porquanto a opção pelo remédio constitucional implica necessariamente em redução da dilação probatória, o que não se coadunaria com o caso concreto, em que se discute a veracidade dos fatos tais como colocados no auto de apreensão do veículo.

A discussão sobre a realização ou não de transporte alternativo com o veículo apreendido seria, portanto, incompatível com o rito especial e abreviado do mandado de segurança.

No mérito, pugnaram pela regularidade e legitimidade do ato de recolhimento do veículo, sobretudo em face da presunção de legitimidade de que gozam os atos administrativos.

Por fim, argumentaram que há distinção entre fiscalização *de trânsito* e fiscalização *de transporte coletivo*, sendo que aquela seria atribuição privativa da Polícia Rodoviária Federal. Esta, porém, seria competência municipal, decorrente da própria Constituição, que atribui aos municípios o dever de organizar o transporte coletivo - sendo consequência natural que lhe incumba a atividade fiscalizatória.

Sendo a apreensão do veículo regular, também a cobrança de multas, taxas e encargos teria ocorrido em estrito cumprimento do dever legal.

Analisando o recurso em caráter monocrático [fls. 60-65], a relatoria originária, entendendo que o impetrante não se desincumbira do dever de provar a *verossimilhança de sua alegação* (provando que não realizava transporte alternativo mediante remuneração), concedeu efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento.

Regularmente intimado a apresentar suas contra-razões ao recurso, a parte agravada deixou escoar *in albis* o prazo legal [fls. 75-76].

Nesta instância recursal, o Ministério Público opinou (fls. 88/91) pela ausência de interesse recursal, ao argumento de que o provimento do recurso não poderia acarretar qualquer utilidade ao Estado agravante, cujo único papel era o de manter o veículo em depósito.

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 18 de janeiro de 2010.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0132573-7

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Pedro Jansen Lopes da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

No plano processual, não visualizo, ao menos neste juízo de cognição sumária, a ilegitimidade passiva argüida pelos agravantes.

De um lado, é incontroverso que a apreensão do veículo foi efetuada por agentes da Polícia de Trânsito, conforme se vê do documento de fls. 26 (a justificar, em linha de princípio, a legitimidade do Comandante do Batalhão respectivo).

De outra parte, também é fora de dúvida que o veículo foi recolhido ao DETRAN, sendo certo que eventual liberação dependerá, em tese, do pagamento da taxa de depósito, isto a ensejar a legitimidade daquela entidade autárquica.

No plano de fundo, porém, melhor sorte assiste aos agravantes.

Com efeito, no tocante à legitimidade da apreensão, em si mesmo considerada, demanda investigação fática em princípio incompatível com a via mandamental (tendente a certificar se o veículo apreendido estava, ou não, realizando transpor remunerado de passageiros).

De resto, não há que se falar em eventual condicionamento da liberação do veículo a prévio pagamento de multas de trânsito, eis que destas não cogitam os documentos acostados à inicial.

Deveras, foram acostadas à inicial do *mandamus* apenas o "Auto de Retirada do Veículo de Circulação", expedido pelo Batalhão de Polícia de Trânsito, e o "Auto de Infração" exarado pelo Serviço de Transporte de Passageiros do Município do Recife (fls. 27), cuja penalidade aplicada foi a de medida administrativa de "apreensão de veículo".

Nesse contexto, e tal como exposto na interlocutória de fls. 60/65, a liminar deferida em primeira ressurte-se do indispensável *fumus boni iuris*.

Por isso, **dou provimento** ao presente Agravo de Instrumento, em ordem a cassar, em definitivo, a liminar deferida em primeiro grau.

Recife, 2ª de *junho* de 2010.

*Francisco Bandeira de Mello*  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator